



PSD p.10

Moreira da Silva em Ourém para assinalar um “caminho de esperança”



PSD p.10

“Domingos Araújo é a mudança que Barcelos necessita”

POVO LIVRE



nº 1785

5 de Junho de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

PSD tem uma missão histórica a cumprir



O Presidente na Convenção Autárquica Distrital de Vila Real

PSD p.11

Luís Montenegro elogia programa “organizado” do candidato a Amares

PSD p.9

Apresentado o candidato social-democrata à Câmara Municipal de Alandroal

Convenção Autárquica Distrital de Vila Real

PSD tem uma missão histórica a cumprir

A primeira Convenção Autárquica Distrital do PSD de Vila Real, realizada a 1 de Junho, teve a presença do Presidente, Pedro Passos Coelho, que fez a abertura dos trabalhos.

Organizada pela Comissão Política Distrital, a convenção teve como objectivo central a apresentação dos candidatos do PSD, nos 14 concelhos do distrito de Vila Real às Autárquicas 2013, tendo-se registado uma enchente no Teatro de Vila Real com a presença de mais de 600 pessoas de todo o distrito.

Esteve presente o Secretário Geral Nacional, José Matos Rosa e participaram também vereadores, deputados municipais e de assembleias de freguesia, os responsáveis das seções concelhias, muitos militantes e simpatizantes do partido, e também cidadãos independentes.

Na sessão de abertura estava também o presidente da Comissão Política Distrital de Vila Real, Domingos Dias, e Manuel Martins, presidente da Comissão Política de Secção de Vila Real.

Na convenção foram apresentados os 14 candidatos do PSD à presidência das câmaras dos respectivos concelhos, tendo Pedro Passos Coelho cumprimentado um a um, cada candidato. Perante a plateia social-democrata, os 14 candidatos expuseram objectivos e linhas estratégicas das respectivas candidaturas.

A realização da convenção procurou incitar a partilha de experiências, motivando todos os autarcas e candidatos do PSD para enfrentarem as batalhas que se avizinham com determinação e entusiasmo, criando condições para que o PSD se apresente no distrito de Vila Real nas melhores condições de assumir a liderança das autarquias do distrito.

Na sessão de encerramento, que contou com a presença do líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, o presidente da Comissão Política Distrital de Vila Real, Domingos Dias, apresentou a Carta de Compromisso Eleitoral dos Candidatos Autárquicos do PSD no distrito de Vila Real que se rege pelo seguinte:

1. Defender um poder local democrático e forte ao serviço das populações

Os autarcas eleitos do PSD contribuirão para a afirmação de um Poder Local democrático, forte e autêntico, herdeiro da tradição municipalista portuguesa, como a garantia de uma administração pública descentralizada e eficiente, do acesso dos cidadãos à intervenção política e cívica e de um desenvolvimento equilibrado e duradouro dos territórios, gerador de riqueza, emprego e qualidade de vida.

2. Honrar os compromissos assumidos nos programas eleitorais

Os candidatos do PSD assumirão uma postura de rigor e verdade perante os eleitores e, enquanto autarcas, respeitarão escrupulosamente os compromissos assumidos nos seus programas eleitorais, baseando as suas decisões na defesa dos princípios de prossecução do interesse público, de igualdade, justiça e imparcialidade.

3. Gerir as Autarquias com Responsabilidade, Competência e Transparência

Os autarcas eleitos pelo PSD pautarão a gestão autárquica pelos seguintes princípios

- Responsabilidade individual, social e política na governação local e gestão dos assuntos públicos, respeitando as leis e normas em vigor e a consciência das obrigações éticas e morais dos eleitos perante a comunidade;

- Competência como requisito essencial para uma governação política qualificada e exigente e uma gestão pública rigorosa que garanta uma alocação eficaz e eficiente dos meios e recursos coletivos;

- Transparência da administração pública local, garantindo o acesso dos cidadãos a todas as informações relativas aos processos e decisões da governação local e assegurando o seu escrutínio político e cívico.



4. Colocar as pessoas no centro das políticas autárquicas de proximidade

Os autarcas eleitos do PSD colocarão as pessoas - as suas necessidades, as suas dificuldades, os seus anseios e expectativas - no centro das suas preocupações políticas e de um governo local de proximidade, comprometendo-se a auscultar regularmente a população e a prestar contas pelo seu trabalho autárquico.

O Presidente do Partido fala aos candidatos e a todo o PSD

Pedro Passos Coelho começou a sua alocução à Convenção, com um cumprimento especial, e um agradecimento profundo, aos autarcas que desempenharam com grande valor, durante muitos anos, as suas funções, com dedicação, esforço e trabalho e muito fizeram pelas populações ante as quais eram responsáveis. Eles fizeram uma extraordinária governança, que pode servir de exemplo para aqueles que agora irão iniciar os seus mandatos.

Para esses, o Presidente do Partido lembrou que, sem tentar rescrever a História, a sua missão era, com o Partido e o Governo, ajudar a mudar a História, nos anos difíceis que ainda estão por vir, e que nos voltarão a colocar no caminho do desenvolvimento e na concretização do projecto europeu, transformando a nossa sociedade de acordo com princípios de maior solidariedade social, desenvolvimento e qualidade de vida.

E esse trabalho, que é de todos - Governo, Partido e Autarquias - tem de ser feito, embora saibamos que o caminho é difícil e é preciso ter coragem para não perder de vista esses objectivos, pois não queremos voltar à situação de falência, na qual fomos eleitos para governar.

Hoje é, segundo Passos Coelho, o "dia indicado" para dizer o quanto admira e respeita o trabalho de todos os militantes e autarcas.

"Hoje é o dia indicado para dizer ao partido o quanto

estou reconhecido pela forma como todos se têm empenhado para que o PSD possa vir a ter um bom resultado e para que as coisas resultem num bom resultado para Portugal", salientou.

E, quanto às pessoas dentro do PSD que "não só não ajudam como querem desajudar", o líder social-democrata pediu ao partido para não fazer a vontade aos adversários e não se distraia com isso.

"Não queremos contribuir para que mais telejornais e páginas de jornais sejam ocupadas pelos nossos adversários a falar de nós, estejam eles cá dentro ou fora", frisou.

Há quem, deliberadamente queira convencer os portugueses que abrimos uma guerra contra os professores, pensionistas e reformados no país e isso é falso e desleal. Passos Coelho afirmou, peremptoriamente, que não tem medo de falar dos professores leve o PSD a perder votos e afirmou que o Governo não tem nada contra esta classe profissional, a não ser admiração e reconhecimento.

"Precisamos de professores nas nossas escolas, mas alguém de bom senso inventa que fazer, se não existirem alunos para que os professores darem as suas aulas. Faz sentido o Estado contratar todos os anos professores quando tem outros que não têm que fazer?", salientou.

Passos Coelho garantiu ainda que o executivo não pensa colocar nenhum professor efectivo na mobilidade.

"Não é preciso, mas é preciso que os professores efectivos possam dar aulas. Não vamos pagar a um professor efectivo para não dar aulas numa escola e contratar um outro professor para outra escola em que há falta de professores", frisou.

E isto não é, garantiu, um discurso contra os professores.

Quanto aos reformados e pensionistas, Passos Coelho disse que se vai criando a ideia de que se quer "ir ao bolso" deles e que as pessoas ficam com medo.

"Apesar das imensas dificuldades porque vimos pas-

sando, quase 90 por cento dos pensionistas não foram afectados por medidas de redução do rendimento, isto é importante”, sublinhou.

Mas, segundo referiu, muitas vezes quando se ouve o “debate político dá a impressão que é ao contrário, que ficam meia dúzia de fora e se está a afectar quase toda a gente”.

O líder do PSD lembrou que o Governo PS congelou as pensões mínimas sociais e rurais, as quais foram já actualizadas pelo executivo que chefiou, que conseguiu também reduzir significativamente o preço dos medicamentos.

“Eu gostaria que pudesse ser mais, porque acho injusto que haja tanta gente com pensões tão baixas, mas é mais do que aqueles que não deram nada; e não aceito que aqueles que não deram nada, venham atacar-nos, dizendo que o que nós damos é pouco”, afirmou.

Passos Coelho criticou e denunciou a demagogia de quem esteve anteriormente no Governo. “Porque havemos de nos mostrar constrangidos quando aqueles que conduziram o País à ruína, o que querem é que Portugal gaste o que não tem e que prometa a rodos, como se fez no passado, o que nós não estamos em condições de poder assegurar”, frisou.

Ainda com respeito à situação financeira, afirmou que não vai aumentar ao défice ou a dívida mas que, se for isso que o País quer, não culpa ninguém por escolher outros para governar.

“É isso o que o País espera deste Governo? Não é com certeza mas, se for, podem pôr cá outro Governo com muito à vontade que não culpo ninguém se quiserem escolher outros para governar”.

PSD “tem uma missão histórica a cumprir” e vai “dar conta dela”

Passos Coelho questionou se alguém fica mais satisfeito por o País ter mais défice e dívida e lembrou que foi assim que Portugal chegou à actual situação.

“Não foi em vésperas de eleições aumentar os funcionários públicos e a esconder o Orçamento de Estado para o ano a seguir, depois das eleições? Baixamos o IVA e depois logo se vê. É isso o que os senhores esperam de mim?”, referiu, respondendo logo a essa pergunta: “Estou certo que não, ou não estaríamos aqui hoje!”.

Para a plateia de militantes, autarcas e candidatos às autárquicas, o líder social-democrata referiu que o PSD “tem uma missão histórica a cumprir” e garante que vai “dar conta dela”.

“Aprendemos com Sá Carneiro, que primeiro está o nosso País e só depois está o nosso Partido. Nós vamos cumprir esta missão e vamos fazê-lo com dignidade e honradez e não vamos fazer de conta que não estamos a tomar medidas que são difíceis, nós todos sabemos são difíceis, mas não vamos fazer de conta”, acrescentou.

Passos Coelho garantiu que não tomará medidas e depois fazer “de conta que elas não existem”. É por isso, acrescentou, necessário explicar porque são tomadas e que elas conduzem à saída desta situação. “E isso deve ser uma motivação para nós”, frisou.

Para o presidente do partido, os candidatos do PSD têm que “ter inspiração, porque têm que lutar contra estas contrariedades, contra estes momentos”.

“Quando estamos a meio da vida dos governos, em que às vezes a insatisfação social é maior e isso acaba por ter penalização, nós sabemos”, sublinhou.

E, a terminar, disse que o PSD conta com seus autarcas, para uma missão social que é relevante, para ajudar nesta tarefa que é de todos. O Estado – disse – não pode fazer tudo, não deve fazer tudo. Ora, o governo local, parte da realidade nacional, é o que está mais próximo dessa realidade; e por isso precisamos, esse nível, de formação, bons programas, projectos e melhores realizações. Isso faz parte do nosso DNA, da nossa forma de estar na Política e na Administração.

Fizemos tudo a tempo e horas, afirmou, desejando a todos “muita coragem, sorte – que também é precisa – e muito trabalho, que é o que temos pela frente, mas disso, nunca tivemos medo”!

Terminou com dois “Vivas”, vibrantemente aplaudidos: “Viva o PSD, Viva Portugal”. – LR, com Luis Leite Ramos e Lusa



O Primeiro-Ministro em Trás-os-Montes

“Um Governo suportado numa maioria, em eleições que ocorreram há dois anos, só pode ser um Governo legítimo”

O Primeiro-Ministro afirmou na sexta-feira que há um “divórcio muito grande” entre o que se diz no espaço público e o sentimento dos portugueses; e recomendou aos mais impacientes para não confundirem os seus desejos com a vontade do País.

“Há um divórcio muito grande entre o que se vem dizendo no espaço público e aquele que é o sentimento genuíno dos portugueses, mesmo aqueles que não apoiam o Governo e que se mostram desagradados pelo facto de termos de tomar medidas tão difíceis”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O Chefe do Governo comentou, em Vila Pouca de Aguiar, as declarações do ex-Presidente da República Mário Soares que referiu a política de austeridade da ‘troika’ está a levar o País ao “desastre” e ao “abismo”, defendendo que é urgente demitir o Governo “incompetente” e “agarrado” ao poder.

“Um Governo que está suportado numa maioria do parlamento em eleições que ocorreram há cerca de dois anos só pode ser um Governo legítimo. Mal estaria o País se perante as dificuldades, as pessoas entendessem que era convocando eleições que elas se ultrapassavam ou resolviam, julgo mesmo que parte do povo português tem uma noção muito clara de que é exactamente ao contrário”, salientou Passos Coelho.

O chefe do Governo referiu mesmo que o que é preciso neste momento é que Portugal se una nesta fase, para ultrapassar as dificuldades.

“Há um caminho que foi percorrido nestes dois anos, que revelou uma grande resiliência do povo português, as pessoas fizeram sacrifícios muito importantes e isso trouxe uma dor social que é reconhecida fora de Portugal”, acrescentou.

Pedro Passos Coelho considerou que, neste momento, se estão a lançar as bases de um crescimento e de uma prosperidade futura, de modo a que não se volte “ao princípio”.

“Que era exactamente o que aconteceria, era um regresso a Março ou Abril de 2011, se o país agora se precipitasse numa crise política e tivesse de ir para eleições”, frisou.

No tempo próprio, segundo o Primeiro-Ministro, haveremos de ter eleições. “Esse tempo próprio ainda não chegou”, sustentou.

E para aqueles que estão mais impacientes, ou mais desesperados, Passos Coelho recomenda “vivamente que não confundam os seus desejos pessoais com a vontade do País”.

“Os portugueses não estão interessados em refregas políticas, estão interessados em vencer a crise e há os que concordam e os que discordam”, sublinhou.

Questionado sobre mais uma manifestação esta manhã na Assembleia da República (AR), o primeiro-ministro salientou a necessidade de se respeitarem as regras.

“E isso é importante qualquer que seja a nossa posição, podemos estar de acordo ou desacordo, mas temos de respeitar regras. O Parlamento é a casa da democracia e não há democracia sem regras”, sublinhou.

Para Passos Coelho, “a ideia que podemos dizer sem consequências o que quisermos, impor aos outros o que quisermos, é uma ideia que é contrária à democracia, a democracia tem regras”.

O primeiro-ministro disse ainda, em Vila Pouca de Aguiar, que o Governo está a fazer tudo ao seu alcance para que as piores estimativas de desemprego não se concretizem e para que, até ao final do ano, se verifique



uma inversão na tendência.

Pedro Passos Coelho comentou no decorrer de uma visita ao parque termal de Pedras Salgadas (Vila Pouca de Aguiar), os números sobre o novo recorde histórico na taxa de desemprego, que atingiu os 17,8%.

“Não há nestes números, infelizmente, nenhuma novidade. No cenário macro-económico, que acertamos em finais de Março e foi confirmado em Maio com os parceiros internacionais, deixamos de lado a possibilidade de haver um recuo do desemprego este ano”, referiu dizendo que “...pelo contrário, as previsões são para um aumento ao longo do ano”.

Segundo explicou, “a média final deverá andar

pelos 18,2%, se se confirmarem as nossas estimativas, o que significa que, se ainda está em 17,8%, ainda vai aumentar acima de 18,2% para chegar ao final do ano numa média mais baixa”.

“Estamos à procura de fazer tudo o que está ao nosso alcance para que as nossas piores estimativas se não concretizem, antes pelo contrário, para que até ao final do ano nós tenhamos a possibilidade de registarmos, já, senão uma inversão desta tendência, pelo menos a sua paragem”, sublinhou.

E para Passos Coelho, há já sinais positivos: “Nós verificámos que os empréstimos às empresas do sector não-financeiro têm vindo a melhorar, muito devagarinho,



mas têm vindo a melhorar, e que as taxas de juro que são aplicadas nestes novos empréstimos têm vindo a baixar, também devagarinho”, frisou.

Por isso, à medida que os custos de financiamento possam baixar, o Primeiro-Ministro diz que fica com “razões para acreditar que a tendência que durante dois anos foi predominantemente a de encarecer o financiamento, finalmente está ultrapassada”.

“E estamos já numa fase em que o custo do financiamento irá baixar “...e esperamos que baixe a um ritmo mais intenso”, salientou.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou hoje que respeita as decisões dos sindicatos que convocaram uma greve geral para Junho, mas salientou que o País precisa de mais trabalho.

“Nós precisamos de mais trabalho, de melhor trabalho, de sermos mais produtivos e competitivos”

“Respeito as decisões dos sindicatos mas prefiro, mais uma vez, passar uma mensagem positiva. Nós precisamos de mais trabalho, de melhor trabalho, de sermos mais produtivos e competitivos, de criarmos condições para acolhermos o investimento”, referiu à margem de uma visita ao parque termal das Pedras Salgadas, em Vila Pouca de Aguiar.

As estruturas sindicais da administração pública afectas à UGT e à CGTP já chegaram a acordo para realizar uma greve conjunta no final de Junho.

“Nós vivemos num país democrático. Há pré-avisos de greve que foram entregues, sei que devemos respeitar o direito de toda a gente, o direito a fazerem greve e também o direito a não fazerem greve e quererem trabalhar”, sublinhou ainda Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro cumpriu assim o primeiro dia de visita a Trás-os-Montes, tendo passado a manhã em duas fábricas de Chaves, seguindo depois para o parque termal de Pedras Salgadas, onde a Unicer está a investir 7.5 milhões de euros.

Ainda em Vila Pouca, Pedro Passos Coelho, afirmou que o nível de poupança que o Estado vai fazer este ano,

é exactamente aquela que é necessária para cumprir o objectivo do défice de 5,5%.

“O nível de poupança, de despesa que não é efectuada em termos públicos, é exactamente aquela que é necessária para que o nosso objectivo do défice seja atingido, mas mesmo assim nós sabemos que há riscos”, afirmou, pois, segundo alertou, “a economia não é uma ciência pura e certa”.

“Nós partimos de determinados pressupostos, com isso traçamos um quadro de previsões e depois todos os dias trabalhamos para que, se as previsões não forem as mais entusiasmantes, corrigir a trajectória, para que elas se possam traduzir em objectivos mobilizadores e possam ser concretizados”, salientou.

Hoje o Estado, segundo Passos Coelho, tem que fazer um esforço maior, “... porque dada a situação que nós vivemos, quer em Portugal ou na Europa, com as nossas exportações a não terem um comportamento tão forte quanto aquele que poderíamos ter se a Europa não estivesse em recessão, as nossas receitas fiscais são menores e para podermos pagar a despesa do Estado essa despesa tem de encolher”, referiu ainda.

“Não faz sentido que os portugueses façam tantos sacrifícios e paguem tantos impostos e depois que o Estado não dê o exemplo e não possa conter a sua despesa”, afirmou.

“Não há mais austeridade do que aquela que é requerida”, garantiu.

Declarações em Bragança

O Primeiro-Ministro, na fase da sua presença em Bragança nesta visita a Trás-os-Montes, anunciou que o Governo vai abrir este mês à discussão pública a proposta de reforma do Estado, para a qual espera uma ampla participação dos partidos e de todos os agentes.

“Que todos possam discutir e contribuir para essa reforma grande que estamos a preparar”, é o propósito do Governo apontado por Pedro Passos Coelho, em Bragança, na cerimónia de entrega da obra da barragem de Veiguiñas.

O empreendimento de Veiguiñas, projectado há 35

anos e que avança depois de mais 16 anos de estudos ambientais, foi apontado pelo Primeiro-Ministro como exemplo da “irracionalidade e ineficiência do Estado” que o Governo quer alterar.

A reforma que vai ser apresentada e posta à discussão pública este mês tem esse propósito, segundo o chefe do executivo, que deixou, no entanto, um aviso: “Nós queremos alcançar o entendimento o mais alargado possível, mas não vamos ficar à espera que toda a gente esteja de acordo para poder andar para a frente”.

“Não vamos andar 15 anos a fazer a discussão, isso é que não pode ser, nem vamos andar um ano e meio ou dois anos a discutir, para depois, no fim, ficarmos como estávamos, isso também não pode ser”, insistiu.

Passos Coelho afirmou que o debate público sobre a reforma do Estado “não pode deixar de estar, pois, muito capitaneado pela própria Assembleia da República.

Passos Coelho afirmou, referindo-se recentes declarações do PS, que os Socialistas estão no seu direito de votar contra o Orçamento Rectificativo e que respeita a decisão do maior partido da oposição.

“Eu respeito a posição que os partidos tomam, gostaria que a sua posição pudesse ser outra, mas respeito a posição do Partido Socialista”, declarou hoje em Bragança, sublinhando que “não vale a pena estar a fazer aqui um grande caso à volta desta questão”. O secretário-geral do PS, António José Seguro, disse sexta-feira que irá votar contra o Orçamento Rectificativo, considerando que este é “mais do mesmo” e que reflecte “o resultado das políticas erradas”.

O primeiro-ministro reagiu hoje ao anúncio do voto negativo, referindo que regista a decisão do PS.

“O Partido Socialista votou contra o Orçamento do Estado para 2012, prometeu também chumbar o Orçamento Rectificativo, está no seu direito”, acrescentou.

Passos Coelho sublinhou que o Governo cumpre, com este Orçamento Rectificativo, “uma obrigação que tem, que é a de mostrar que é possível fechar as contas públicas este ano respeitando os compromissos a que Portugal se obrigou com os seus financiadores”.

O chefe do Executivo afirmou ainda que quando fala em “consensos e entendimentos” com o maior partido da oposição está “a falar sobretudo de reformas que são

importantes para o País e que se projectam para lá da vida dos governos de cada momento”, como a reforma do Estado ou o acordo para o novo quadro financeiro plurianual que vai vigorar até 2020.

Questionado sobre notícias que dão conta de que será necessário um novo Orçamento Rectificativo este ano, Passos Coelho respondeu que “... esta pergunta é descabida e este tipo de especulação não é uma forma construtiva, nem razoável de fazer a discussão do caminho e da situação de Portugal”

“Eu primeiro vou tratar deste, espero que este resulte, claro que se houver necessidade, se a realidade impuser outro, ter-se-á de fazer outro, agora já estar a pensar no outro e ainda nem sequer aprovamos este, eu acho é asneira, pois cada coisa a seu tempo”, declarou.

“Não será feita, portanto, uma espécie de simulacro de discussão, faremos uma discussão ampla, gostaríamos que todos se preparassem para essa discussão e depois tenhamos, todos, um espírito construtivo suficiente para perceber o objectivo; e o objectivo é não divergir, o objectivo terá de ser o de convergir na mudança deste sistema”, afirmou.

“Responsáveis por contratos lesivos do Estado serão punidos”



Falando com jornalistas, ao lado do objecto directo da visita, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, defendeu que os responsáveis por contractos lesivos para o Estado devem ser afastados dos cargos e impedidos de prover lugares públicos.

O chefe do Executivo ressaltou que “o Governo não se pode substituir aos tribunais, mas há outro tipo de responsabilidades que são as gestonárias e essas têm de ser logo assumidas”.

Passos Coelho passou a manhã em Bragança e não comentou aos jornalistas as notícias da imprensa nacional de hoje, que dão conta de que o Governo decidiu afastar os gestores públicos envolvidos na polémica dos contractos ‘swap’.

No discurso na cerimónia de entrega da obra da barragem de Veiguinhas, na Câmara Municipal, referiu-se, no entanto, aos “contractos que têm implicações financeiras pesadíssimas para todos os portugueses” e à responsabilidade de quem os aceitou.



“Quando dizemos que alguém que teve responsabilidade de gestão numa coisa que não correu bem, deve colocar o seu lugar à disposição e deve sair, não estamos com isto a dizer que ele tem responsabilidade cível ou penal ou de outra natureza – isso é assunto para o Ministério Público e os Tribunais - estamos a dizer que pessoas que puderam, no âmbito das suas funções gestonárias, imputar prejuízos que não são aceitáveis para o Estado, não podem permanecer nas suas funções”, afirmou.

Mas para Passos Coelho, “não pode ser só isto” e é preciso saber e responsabilizar também quem deu pareceres favoráveis a esses contractos.

“Houve muitas empresas que deram pareceres, muitos assessores financeiros que deram pareceres, que avalizaram essas situações, que disseram: ‘essas decisões foram muito bem tomadas’, é preciso saber quem é que nessas empresas deu esses pareceres positivos, achou bem aquilo que hoje custa milhares de milhões de euros de custo potencial para o país”, apontou.

O primeiro-ministro defendeu que “enquanto essa gente estiver a fazer pareceres e a assinar contas, essas empresas não sejam contratáveis pelos institutos públicos, pelas empresas públicas, pelo Estado”.

Passos Coelho quer também saber “quem nos serviços públicos deveria ter estado atento à verificação destes contractos e achou que isto não tinha importância” para ser afastado de futuros concursos públicos para prover lugares de dirigentes.

“Não podemos prover concursos com pessoas que possam não ter sido zelosas das suas atribuições e competências por onde passaram, temos de ser muito exigentes”, considerou.

Túnel do Marão vai, finalmente, ser acabado e voltam as carreiras aéreas

O Túnel do Marão, parado há quase dois anos, estará “solucionado” ainda este mês

Pedro Passos Coelho, avançou hoje que “até meados deste mês” o Governo deverá ter uma solução para a obra do Túnel do Marão. Passos Coelho falava, em Bragança, no segundo dia de uma visita a Trás-os-Montes, respondendo às expectativas regionais, de novidades sobre esta obra, que vai permitir a ligação contínua do Porto a Bragança em auto-estrada.

O Primeiro-Ministro adiantou ter a “expectativa de que até meados deste mês esta questão fique esclarecida e possam ser retomados os trabalhos interrompidos há quase dois anos”.

O chefe do Governo lembrou que o impasse se deveu “a uma divergência insanável com a dona da obra (a Somague) e já não existia outra solução senão o Estado retirar para si próprio aquela obra para a poder concluir”.

A preocupação do Governo é, segundo disse, que os financeiros, nomeadamente o sindicato bancário, aceitassem “transferir pata o Estado, no caso a Estradas

de Portugal, as condições financeiras que estavam no contrato inicial”.

O Primeiro-Ministro afirmou que “o Governo já garantiu financiamento” e irá “retomar a obra tão rapidamente quanto possível”.

A obra mais mediática de Trás-os-Montes, resulta de uma Parceria Público Privada e foi suspensa a 27 de Junho de 2011, por dificuldades financeiras do consórcio, quando já estava executada a 70 por cento e faltava pouco mais de meio ano para a data prevista da conclusão.

O túnel faz parte da Auto-estrada do Marão, que ligará Amarante a Vila Real e que, juntamente com a Auto-estrada Transmontana, entre Vila Real e Bragança, equivale à continuação até à fronteira da A4, que já liga o Porto a Amarante.

Pedro Passos Coelho afirmou também, na mesma ocasião, em Bragança, que está à espera de “luz verde” da Comissão Europeia para retomar a carreira aérea entre Trás-os-Montes e Lisboa, suspensa há meio ano.

O Governo está, segundo disse, “em fase final de negociação com a Comissão Europeia (CE)” e prefere “esperar mais algum tempo para ver se tem luz verde” do que “avançar para depois ter de dirimir um conflito” com Bruxelas.

Passos Coelho garantiu que “o Governo não abandonou esta ligação, tem dinheiro no orçamento rectificativo” e espera “que ainda este ano sejam retomadas as ligações”.

Segundo explicou, o problema deste serviço, que há 15 anos liga Bragança e Vila Real a Lisboa, é que não pode continuar a ser financiado nos termos anteriores, através de concessão pública a uma operadora que recebia anualmente 2,5 milhões de euros comparticipados por fundos comunitários.

De acordo com o primeiro-ministro, “com base no isolamento extremo da região foi possível o Estado concessionar e subsidiar esta ligação”, mas “à medida que as ligações rodoviárias vão sendo feitas, a lei europeia não consente que este sistema perdure”.

“Ele tem de ser reavaliado”, sublinhou, acrescentando que, “significa que em vez de obrigações de serviço público, (há que) encontrar uma modalidade diferente, não para a empresa, mas apoio directo àqueles que utilizam (a carreira aérea)”, ou seja, aos passageiros.

A proposta que o Governo está a negociar com a CE consiste em o serviço ser pago pelos utentes, que receberão do Estado “uma espécie de subsídio de compensação como acontece na Madeira”.

“O que o Estado fará é apoiar as pessoas até um determinado montante”, indicou, sem quantificar.

A carreira aérea Bragança/Vila Real/Lisboa, que se realizava há 15 anos, foi suspensa a 27 de Novembro de 2012, porque, pelas regras europeias, o modelo de financiamento tinha de ser revisto.

- Fontes: Lusa, DN, RTP1

Os maiores prémios portugueses para a Investigação em Neurociências foram anunciados na Misericórdia de Lisboa

O Primeiro-Ministro, presidiu a uma sessão solene de lançamento dos prémios da Santa Casa da Misericórdia, para investigação em neurociências, no Mosteiro dos Jerónimos. Pedro Passos Coelho elogiou os cientistas e os investigadores portugueses, afirmando que “orgulham todo o País” e que neles está depositada a esperança de melhoria do bem-estar colectivo.

No discurso que encerrou a cerimónia, Passos Coelho saudou a decisão tomada pela Santa Casa da Misericórdia de “dedicar uma atenção particular às lesões vertebro-medulares, que implicam limitações motoras e fisiológicas, por um lado, e às doenças degenerativas associadas ao envelhecimento, por outro”.

Dirigindo-se ao actual provedor desta instituição, Pedro Santana Lopes, o primeiro-ministro agradeceu-lhe: “Muito obrigado, em nome de todos os portugueses, por ter acrescentado, de forma tão significativa, estas áreas à Santa Casa da Misericórdia”.

“Estas bolsas também simbolizam a esperança que colectivamente depositamos nos nossos investigadores. Falo da esperança de que nos tragam respostas para os problemas dos nossos dias. Neste caso, são problemas que nos afectam naquilo que há de mais íntimo e pessoal nas nossas vidas e nas vidas dos que nos são mais próximos. Nos nossos dias, a ciência e a investigação estão num patamar cimeiro, graças ao papel que desempenham na formação do bem-estar colectivo”, considerou o Primeiro-Ministro.

“É, portanto, com confiança que olhamos para os nossos cientistas, na esperança de um horizonte de atenuação do sofrimento humano”, prosseguiu.

Passos Coelho concluiu a sua intervenção com “uma palavra especial de congratulação aos investigadores”, afirmando que estes, “com o seu trabalho e a sua dedicação, orgulham todo o país” e que “todos eles são



indispensáveis para o futuro de Portugal” que está a ser preparado.

Antes, o Primeiro-Ministro destacou a proposta de lei sobre investigação clínica, que foi aprovada em Conselho de Ministros e deu entrada na Assembleia da República este mês.

“Numa palavra, o Governo pretende dar um enquadramento mais adequado às necessidades da ciência e da investigação, tornando ao mesmo tempo mais vinculativos os imperativos da ética na investigação clínica”, afirmou.

Pedro Santana Lopes fez a apresentação dos prémios

A apresentação foi feita no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, e estavam também presentes o Ministro da e da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares.

O provedor da Misericórdia Pedro Santana Lopes, fez a apresentação dos “Neurociências” como um “apoio excepcional” a “novas descobertas” na prevenção e no tratamento de lesões como a paralisia e de doenças como a de Alzheimer.

Os prémios Mantero Belard e Melo e Castro - têm o valor unitário de 200 mil euros e serão atribuídos anualmente a investigadores portugueses, bem como a estrangeiros que trabalhem em colaboração com cientistas nacionais.

As candidaturas à I edição abriram no dia da apresentação e decorrem até 16 de Setembro. Os vencedores serão conhecidos em Novembro, de acordo com o regulamento.

Na apresentação Pedro Santana Lopes, lembrou que

Portugal “está a envelhecer muito” e que é responsabilidade das instituições como a Misericórdia de Lisboa “procurar as respostas adequadas”.

O Prémio Mantero Belard irá distinguir o melhor projecto de investigação sobre doenças neuro-degenerativas, associadas ao envelhecimento, como a de Parkinson e a de Alzheimer, enquanto o Prémio Melo e Castro será atribuído ao trabalho que se evidenciar na área das lesões vertebro-medulares, como paralisias e tetraplegias.

Estes são considerados os maiores prémios de incentivo à investigação médica e científica em neurociências, em Portugal.

O neurocirurgião João Lobo Antes preside ao júri, composto, designadamente, pelos investigadores António Damásio, Alexandre Quintanilha, Rui Costa e George Perry, especialista na doença de Alzheimer.

O Prémio Mantero Belard deve o seu nome ao benemérito que, em 1974, deixou à Misericórdia de Lisboa uma parte significativa dos seus bens, com a obrigação, nomeadamente, de conceder três prémios pecuniários anuais distintos, os prémios Nunes Correa Verdades de Faria, destinados a galardoar pessoas que mais contribuíram para o cuidado dos idosos desprotegidos, para os progressos na medicina na terceira idade e para o tratamento das doenças do coração.

Por sua vez, o Prémio Melo e Castro deve o seu nome ao antigo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e ex-subsecretário de Estado da Assistência, que, em 1955, planeou um projecto que visava o tratamento de deficientes motores e foi por sua iniciativa que foi instituído o Centro de Reabilitação de Alcoitão.

– Fonte: Lusa



Aguiar-Branco na comemoração do 628º aniversário da batalha de São Marcos, em Trancoso



O ministro da Defesa, José Pedro Aguiar-Branco, considera que Portugal conseguirá vencer a “batalha da dívida” com criatividade, coragem e com persistência, como venceu outras batalhas importantes no passado.

“Para sairmos da crise é bom olharmos para a História, olharmos para os grandes momentos da nossa História, como hoje aqui celebramos, em que outras batalhas pareciam difíceis de serem ultrapassadas e foram ultrapassadas”, disse o ministro em Trancoso, onde presidiu às comemorações do 628.º aniversário da Batalha de São Marcos, travada em 1385, entre forças portuguesas e castelhanas.

Segundo Aguiar Branco, “por mais difícil que pareça” hoje o País conseguir vencer a “batalha da dívida”, ela “vai ser vencida com criatividade, com coragem, com persistência, porque o exemplo do passado é aquele que está no gene dos portugueses e hoje também”.

Disse que também hoje, com “um resgate [financeiro] para fazer” e com a “soberania condicionada por razões de ordem financeira”, os bons exemplos do passado são importantes.

“Nós agora, na nossa circunstância, por muitas vezes que nos sintamos numa situação de parecer que nunca mais conseguimos sair destas dificuldades que nos atormentam, eu devo dizer que a História mostra-nos que nós vamos seguramente, também agora, vencer esta batalha”, disse no discurso proferido no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Trancoso onde foi recebido pelo executivo municipal liderado por Júlio Sarmento.

“Precisamos de criatividade como no passado, precisamos de atitude como no passado, precisamos de estar unidos como no passado, precisamos de ser persistentes como no passado, e precisamos de ser corajosos e de não desistir como no passado”, alertou José Pedro Aguiar Branco.

Disse ainda que marcou hoje presença em Trancoso, nas cerimónias comemorativas da Batalha

de São Marcos, por uma razão histórica.

“Dá-nos um bom exemplo de que nós podemos seguir um caminho, que por muito difícil que pareça, tem a probabilidade de ser vitorioso e nós acreditamos que o é e que depende muito de nós que assim seja”, justificou José Pedro Aguiar-Branco. – Fonte: Lusa

Apresentação da candidatura de Ricardo Rio à Câmara Municipal de Braga



Ricardo Rio, líder da coligação “Juntos Por Braga”, irá fazer a apresentação pública da sua candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Braga no dia 9 de Junho, pelas 16h30, no Theatro Circo.

Segundo Ricardo Rio, esta é uma candidatura que o enche de orgulho e um desafio que encara de forma entusiástica, assumindo o desafio porque vive de forma apaixonada tudo o que diz respeito a Braga e porque entende que é fundamental lutar até à exaustão por aquilo em que se acredita.

Conselho de Ministros de 30 de Junho de 2013

O Conselho de Ministros aprovou a proposta de lei de orçamento rectificativo para este ano, com as medidas para compensar a reprovação do Tribunal Constitucional a quatro normas do Orçamento do Estado para 2013.

No comunicado que saiu da reunião de hoje, o Governo diz que estas medidas incluídas no rectificativo “procuram minimizar o seu impacto no rendimento disponível dos portugueses, optando pela redução estrutural da despesa e não pelo agravamento dos impostos”.

O ministro da Presidência disse, ao apresentar o comunicado, que o Governo “não antevê, não antecipa e obviamente não deseja um novo sobressalto” à execução do Orçamento, desvalorizando as recentes previsões da OCDE.

Questionado na conferência de imprensa realizada no final da reunião do Conselho de Ministros se o Governo exclui a possibilidade de ser necessário até ao final do ano um outro orçamento rectificativo, Marques Guedes sublinhou que essa pergunta deixa implícito a existência de “um novo sobressalto relativamente à execução do orçamento”.

“Sobressalto” que, acrescentou, “o Governo não antevê, não antecipa e obviamente não deseja”.

Recordando que o orçamento rectificativo que hoje foi aprovado em Conselho de Ministros, deve-se “à decisão do tribunal constitucional que pôs em causa a execução do Orçamento de 2013 conforme ele estava configurado”, Marques Guedes reconheceu, contudo, que o caminho que existe “pela frente é bastante estreito”.

Antes, o secretário de Estado do Orçamento, Luís Morais Sarmento, já tinha adiantando que a proposta de lei do orçamento rectificativo está realizada de acordo com “o cenário macro aprovado no sétimo exame regular”, cenário esse que “está perfeitamente actualizado e não carece neste momento de qualquer alteração”.

A este propósito, o ministro da Presidência desvalorizou as previsões da OCDE divulgadas na quarta-feira e que apontam para uma recessão mais profunda este ano, de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), e que cresça menos em 2014 que o esperado pelo Governo e pela ‘troika’.

“São isso mesmo: são previsões e que não estão em linha nem com as previsões do Governo, mas também não com as previsões da União Europeia, com as previsões da ‘troika’, com as previsões do Banco de Portugal”, disse Marques Guedes.

O ministro da Presidência adiantou ainda que, daquilo que o Governo já apurou, as previsões não tomam em conta o orçamento rectificativo, ou seja, as “previsões partem do princípio de que há um ‘gap’ automático por força da decisão do Tribunal Constitucional na execução do Orçamento de 2013 de mil e 300 milhões de euros”.

“O orçamento rectificativo aprofunda a redução estrutural da despesa e não permitirá que no final do ano esse ‘gap’ sobrevenha”, sustentou, insistindo que se tratam de “meras previsões” que não estão em linha com a generalidade das outras previsões com que o Governo trabalha e que estão validadas pela troika’.

O Governo espera que a receita fiscal que irá perder com o crédito fiscal extraordinário, seja paga pela aceleração da actividade económica a que este irá levar e diz que já existem empresas muito interessadas neste instrumento.

O Governo espera que a “despesa fiscal seja compensada com aceleração da actividade económica, com a produção do investimento que resultar desta medida e dessa forma com o crescimento do produto resultante dessa medida”, afirmou o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio.

No final da reunião do Conselho de Ministros, o governante garantiu ainda que foi informado pela AICEP da existência de “diversas empresas nacionais e internacionais muito interessadas em beneficiar destas medidas”, mas não foi capaz de concretizar quantas empresas serão.

O governante diz que se trata de uma “medida muito relevante para inverter a tendência de queda de investimento privado”.

O ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Guedes, voltou então a alinhar pela frase várias vezes repetida pelo ministro das Finanças, durante a apresentação do que foi apelidado pelo Governo de “supercrédito” fiscal: “Chegou o momento de apostarmos no investimento”, disse. - Lusa



Apresentado o candidato social-democrata à Câmara Municipal de Alandroal



No passado dia 1 de Junho, foi apresentado em Alandroal o candidato social-democrata à Câmara Municipal, José Cebola Gomes.

Na cerimónia, José Cebola Gomes que a principal área de actuação será a gestão da dívida autárquica e falou-nos das suas principais bandeiras de campanha.

Além da matriz do Partido, social-democracia, humanismo e reformismo, as bandeiras vão ser muito simples: verdade, rigor e responsabilidade e transparência.

Luís Campos Ferreira, em representação da Comissão Política Nacional, presidiu à simples, mas significativa cerimónia e expressou todo o apoio da CPN ao candidato.

Luís Campos Ferreira afirmou “que, em Alandroal, nas próximas eleições autárquicas, haverá uma boa surpresa e que o Partido Social Democrata e o Dr. José Cebola farão um grande resultado e assim Alandroal lucrará no seu crescimento económico, no seu desenvolvimento social na preservação também desta terra histórica tão bonita e que é um ícone o Alentejo.”

António Costa Silva, Presidente da Distrital de Évora, Maria de Fátima Ramires Presidente do PSD de Alandroal e vários detentores de órgãos distritais e concelhios marcaram presença, significando também o seu apoio ao candidato. - PL

Moreira da Silva em Ourém para assinalar um “caminho de esperança”



O 1º Vice-Presidente e coordenador da Comissão Política Nacional do PSD, Jorge Moreira da Silva, esteve, na sexta-feira, 31 de Maio de 2013, pelas 21h00, na sessão de apresentação do candidato do PSD à Câmara Municipal de Ourém, Luís Albuquerque, no Hotel Cinquentenário, Rua Francisco Marto, n.º175, em Fátima.

Luís Albuquerque, candidato da coligação “Ourém sempre” entre o PSD e o CDS-PP à Câmara Municipal de Ourém, referiu o que o distingue da actual governação do concelho. “Estamos juntos e temos a força de querermos bem à nossa terra. Ourém sempre com verdade, honestidade e a favor dos Ourienses”, disse.

O candidato também realçou a sua satisfação ao ter sido recebido por uma sala repleta de apoiantes. “O que nós vimos aqui hoje nesta sala demonstra isso mesmo: uma sexta-feira à noite, com a presença destas centenas de pessoas, dá-nos alento que estamos no caminho certo”, disse.

Jorge Moreira da Silva, 1º Vice-Presidente do PSD, participou nesta sessão e assegurou a todos os presentes que com Luís Albuquerque na presidência do município, Ourém terá um novo rumo, terá um futuro melhor. “Eu julgo que estamos aqui num momento muito importante porque não tenho dúvidas que uma sala tão cheia como esta pretende essencialmente assinalar um caminho de esperança”, afirmou o coordenador do PSD.

“Domingos Araújo é a mudança que Barcelos necessita”



Domingos Araújo já apresentou publicamente a sua candidatura à Câmara Municipal de Barcelos.

A apresentação decorreu no Domingo, dia 2 na Casa do Egípto, em Barcelos, que decorreu sob o lema “Somos Barcelos” e é uma candidatura de coligação PSD/CDS-PP e PPM.

O Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD Marco António Costa esteve presente e, após referir que Domingos Araújo é a mudança que Barcelos necessita, reprovou a actual governação do Município que nada faz em prol de todos os barcelenses e afirmou: «Mas se querem lutar para voltarem a ter a confiança do povo de Barcelos, vão ter que discutir o que fizeram durante quatro anos, para prestarem contas a Barcelos de trabalhos que não realizaram, das promessas que não cumpriram e não podem continuar a desviar as atenções».

Domingos Araújo afirmou que a escolha do local desta apresentação pública não foi ao acaso, pois a Casa do Egípto é, na verdade, a ex-casa mãe da família Sá Carneiro e o espírito inconformista do fundador do PPD encontra-se patente nesta candidatura: «Norteia-nos o espírito inconformista de Sá Carneiro: de querermos mais e melhor, de darmos um pouco de nós à causa pública, de fazermos da política um exercício de missão, fazemos política para servir e não para nos servirmos».

O candidato destacou que o partido está forte, unido e mobilizado no concelho de Barcelos: «Nota-se aqui a força do PSD. O PSD sempre teve muita força em Barcelos

e claramente que vai demonstrar a sua força nas próximas eleições».

O Eurodeputado José Manuel Fernandes e Telmo Correia, em representação do CDS-PP, também estiveram presentes. - Audiovisuais

Luís Montenegro elogia programa “organizado” do candidato a Amares



No passado dia 1, foi apresentada pelas 19h00, no restaurante Tróia, Largo do Município, em Amares, a candidatura de Isidro Araújo à Presidência da Câmara Municipal, tendo o candidato sido apresentado pelo líder da bancada parlamentar do PSD, Luís Montenegro.

Foi notório o apoio, a esta candidatura, da grande assistência ao acto. A candidatura de Isidro Araújo deixa antever, pelo seu programa realista e organizado, uma vitória e um futuro melhor para a autarquia, que bem o merece. - Audiovisuais

Portugal poupa 190 milhões de euros em medicamentos

No debate da petição que pugna pelo acesso de qualidade aos medicamentos e pela garantia das condições necessárias ao normal funcionamento das farmácias, Luís Vales elogiou vivamente os peticionários, que atingiram o expressivo número de mais de 320 mil, em especial as associações promotoras da mesma, em particular a Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia e a própria Associação Nacional de Farmácias (ANF).

Luís Vales reconheceu que muita da realidade que preocupa os peticionários decorre da aplicação do Memorando de Entendimento que o anterior Governo do Partido Socialista assinou e que previa, na área dos medicamentos, a redução da despesa pública para 1,25 por cento do PIB até final de 2012 e para cerca de 1 por cento do PIB em 2013. Perante estas medias, adiantou o parlamentar, deu-se um efeito positivo para consumidores de medicamentos e contribuintes fiscais, “efeitos que ninguém de boa-fé ousará contestar”. “Na verdade, como ainda recentemente o Governo deu a saber, os Portugueses pouparam em 2012 cerca de 190 milhões de euros em medicamentos, sendo que o número de embalagens vendidas cresceu quase 6 milhões. Quer isto dizer que os utentes consumiram mais medicamentos e pagaram menos. A este respeito não pode o PSD, aliás, deixar de se congratular com a informação prestada pelo ministro da Saúde de que, no primeiro trimestre de 2013, os portugueses pagaram menos cerca de 40 milhões de euros consumindo mais de 200 mil embalagens de medicamentos. Para esta realidade contribuíram especialmente o novo regime de prescrição de medicamentos por DCI, a redução das margens das farmácias e distribuidores ou a limitação do preço máximo dos genéricos, entre muitas outras medidas já tomadas pelo Governo”.



“Foi o PS que colocou no Memorando de Entendimento a redução das autarquias locais”



O Parlamento analisou várias petições contra a extinção de freguesias. Em representação do PSD, o deputado Bruno Vitorino começou por saudar os vários peticionários e por recordar que este é um processo que vinha sendo falado há vários anos e que era objectivo do anterior Governo, de tal forma que se comprometeu, no memorando de entendimento com a troika, a implementar uma redução das autarquias locais.

Dirigindo-se à bancada do PS, que se opõe a esta reforma, o social-democrata perguntou se os socialistas pretendiam acabar os municípios e quais seriam os municípios que iram agregar. “O actual governo definiu no Livro Verde que esse ponto no memorando devia ser somente obrigatório para as freguesias e voluntário para os municípios.

Deu-se início a um debate público no qual a oposição se recusou a participar, dizendo sempre que tinha muitas ideias, que o seu caminho era diferente mas nunca apresentando qualquer tipo proposta ou solução.

Uma postura diferente da oposição daria lugar, certamente, a uma melhor lei, e a um debate mais sério e mais participado”, salientou.

A política do medicamento é um eixo estratégico da política de Saúde

“A política do medicamento, como eixo estratégico da política de Saúde, é hoje uma opção deste Governo e do Ministério da Saúde. As iniciativas desenvolvidas em torno da política do medicamento são hoje merecedoras da confiança e reconhecimento por parte dos utentes do SNS e da população em geral. Hoje podemos afirmar, na posse de dados objectivos, que entre Janeiro e Março de 2013 os utentes compraram mais 200 mil unidades de medicamentos, e que o seu custo total reduziu em 43 milhões de euros”. Foram estas as palavras iniciais de Conceição Bessa Ruão, numa declaração política, em representação do PSD. De seguida, a deputada recordou que em 2012 os portugueses compraram mais 5 milhões e oitocentas mil unidades de medicamentos, mas gastaram menos 195 milhões de euros na sua compra. “Ora, tendo em conta este efeito, os utentes pagaram menos pela Saúde em geral e apesar das dificuldades, o consumo não foi afectado”.

Para dar cumprimento às exigências impostas, nesta área, a deputada considera que não podemos esquecer os esforços para garantir qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos, a regulação dos preços e sua comparticipação, a exigência de sacrifícios e contributos dos parceiros do SNS, nomeadamente da indústria farmacêutica, distribuidores, e farmácias, na convicção de que se estão a proteger os doentes e os mais carenciados no acesso ao medicamento. “Num contexto de enorme exigência e rigor, o Governo demonstra que continua e continuará empenhado na procura de medidas que continuem a assegurar o acesso a medicamentos, protegendo os doentes, mas respeitando as restrições económicas do País. E assim será ao alargar o prazo de 5 para 7 dias de fornecimento de medicamentos em pós-operatório, em ambulatório e ao alargar o tipo de medicamentos que podem ser dispensados após cirurgia de ambulatório quer a crianças quer a doentes oftalmológicos”.

Nesse sentido, de acordo com a deputada, há um caminho que está a ser feito, quer em termos de cuidados de saúde primários, enquanto dique do Serviço Hospitalar, que no combate ao desperdício e à fraude.

De seguida, Conceição Bessa Ruão evocou as palavras de Mário Moura, decano de Medicina Geral e Familiar e que foi galardoado com o Prémio Miller Guerra, quando este refere que “a medicina baseada no afecto e na relação médico-doente não dá notícias, mas cerca de 80 por cento de utentes só precisam de diálogo e exame clínico”.

Quanto ao futuro, a deputada considera que o Governo deve continuar a combater o desperdício através da melhoria das práticas de gestão, da auditoria de processos, na implementação de um modelo sistémico de controlo interno, integrado e coerente no Ministério da Saúde, no envolvimento dos profissionais de saúde no encontrar de soluções para a eficiência dos Serviços, na reorganização dos tempos de trabalho acordados com os sindicatos, com o reforço das equipas e com a mudança de paradigma numa actuação assente e avaliada em indicadores de desempenho. “Tudo está feito? Ainda não, mas na salvaguarda dos direitos presentes e futuros dos portugueses, e pela manutenção do SNS para todos, seja qual for o Governo que se siga, este trabalho não pode deixar de ser feito”.

“Por tudo o que há ainda para fazer, mas por toda a obra já realizada, deixo aqui o meu reconhecimento a todos os médicos, enfermeiros, e demais profissionais da saúde, extensivos a todo o pessoal técnico e auxiliar, não podendo esquecer o engenho e arte deste ministro da Saúde. Sem o seu comprometimento e dedicação, não teria sido possível termos este SNS e só com eles mantê-lo”, rematou a social-democrata.



Reforma do Estado deve ocorrer sem demagogias

No início do debate de urgência sobre a reforma do Estado, Duarte Pacheco saudou o Governo, pela forma serena com que introduziu o debate, mostrando que esta discussão deve ser feita longe de demagogias, para que possa ocorrer de uma forma mais profunda. No entender do social-democrata “este é o debate realmente sério e importante para a sociedade portuguesa, mas infelizmente ele é proposto pelo partido que não quer nenhuma reforma do Estado (BE). Pela força política que posso intitular de “conservadores do regime”. Aquela força política conservadora que quer manter tudo tal como está”.

Quando se fala em reformar o Estado está a incluir-se todos os sectores, ou seja, tudo o que é financiado pelos impostos dos portugueses. “A refirma do Estado é importante por três razões. Em primeiro lugar: para garantir a sua sustentabilidade. Temos de adequar as despesas e as receitas. Precisamos de nos libertar dos credores, precisamos de nos libertar da garantia de dívida. Só um Orçamento sustentável é que permite a sustentabilidade do Estado social. Segunda razão: para aumentar a eficiência do estado. É necessário adequar o Estado à realidade, à inovação, à modernização e à evolução. Terceira razão: para apoiar e reforçar a competitividade da nossa economia. O Estado não existe só para se alimentar, existe para auxiliar a economia portuguesa, para auxiliar a sociedade portuguesa”.

Face a este cenário, Duarte Pacheco garantiu que “reformar é algo de essencial” e algo que está previsto no Tratado Orçamental e na Lei de Enquadramento Orçamental, o que nos obriga a todos, nomeadamente a quem deu o seu voto favorável (partidos da maioria e PS). “Este debate deve ocorrer de uma forma ampla, com a sociedade, com todos os parceiros sociais, com todos os partidos políticos. Esta reforma deve ocorrer fora de qualquer agenda ideológica, fora de populismos e demagogias, fora de imobilismos. O PS deve estar disponível para este debate, deve estar disponível para estabelecer as pontes necessárias, para que os portugueses entendam a estabilidade das reformas que vamos empreender”.



Ricardo Rio quer uma maior colaboração entre a Câmara Municipal e as instituições sociais



Inserido num ciclo de contactos com agentes que actuam na área social, e cujo objectivo passa por desenvolver uma política de diálogo e proximidade, Ricardo Rio reuniu com a direcção da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Braga (UDIPSS). Manuel Lomba, presidente da UDIPSS de Braga, há 12 anos, esteve presente na reunião com o líder da coligação “Juntos Por Braga”.

Como explicou Manuel Lomba, a UDIPSS funciona como uma união de base local das instituições particular de solidariedade social (IPSS) e prossegue fins não lucrativos. No desenvolvimento das suas actividades, a instituição rege-se pelos princípios da “democracia, da representatividade e da descentralização”. “No distrito de Braga, damos apoio de ordem técnica a 289 instituições, o está muito perto de ser o universo completo e é um número bastante significativo”, garantiu.

De acordo com Ricardo Rio, existem múltiplas oportunidades de colaboração e aprofundamento das relações entre a autarquia e as várias instituições de cariz social no concelho que não estão a ser aproveitadas. “Até ao momento, esta é uma relação que está aquém daquilo que seria desejável, o que acaba por penalizar bastante o próprio desempenho destas instituições e o apoio dado às populações mais fragilizadas, como as crianças, os idosos ou os portadores de deficiência” salientou.

Para o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, a Câmara Municipal de Braga pode e deve ter uma postura mais proactiva na colaboração com as IPSS em diversas áreas. “Do ponto de vista financeiro, a autarquia pode reduzir os encargos destas instituições através da aplicação de preços mais baixos em alguns tarifários municipais, como é um bom exemplo o caso da água”, afirmou.

Nesse sentido, Manuel Lomba notou que as IPSS, quase sem excepção, estão a viver um período de grandes dificuldades financeiras. “Como é natural, a crise que atravessamos afecta muito as famílias e, por consequência, as instituições sociais. É natural que os meios não sejam suficientes para tudo e a ajuda da autarquia no aliviar dos encargos financeiros seria importante. Mas apesar dos obstáculos, cá estamos para tentar ajudar os mais carenciados a resolver os seus problemas e a ter maior qualidade de vida”, sublinhou.

instituições que existem em Braga”.

Manuel Lomba acrescentou que o caminho passa também pela melhor articulação da rede social e pela fomentação de um maior sentido de colectivo e de comunidade nas próprias instituições, e esse é outro dos aspectos onde considerou que a autarquia deve ter um papel relevante. “Sempre defendi que o princípio de solidariedade deve existir entre as várias IPSS. Nesse ponto, tanto a autarquia como, noutra plano, as Juntas de Freguesia poderiam ter um papel mais determinante nesta articulação. O que sucede actualmente é que as instituições duvidam das vantagens de participar na rede social e a distribuição racional dos equipamentos pelo território é factor fundamental para conseguirmos ter sucesso”, acredita.

Por fim, o director da UDIPSS de Braga salientou que, à medida que as necessidades sociais se alteram, as IPSS têm de saber evoluir e adaptar-se às novas realidades do país. “Temos uma cobertura boa em termos de creches, mas a taxa de natalidade está a diminuir e nota-se o decréscimo na procura. Com o envelhecimento da população, é essencial que se encontrem respostas para a terceira idade e para combater o isolamento dos idosos, assim como para outros problemas que vão surgindo, como a necessidade de prestação de cuidados a doentes continuados”, destacou.



Colaboração com autarquia ultrapassa vertente financeira

Ricardo Rio lembrou de seguida que as hipóteses de colaboração com o executivo municipal estão longe de se esgotar na vertente financeira: “Também em termos de colaboração ao nível de outros projectos que podem ser desenvolvidos a autarquia deve ter um papel crucial, tanto na disponibilização de recursos técnicos, centralização de alguns esforços na angariação de voluntários e angariação de recursos materiais e financeiros; como na criação de bancos de medicamentos e centrais de compras para determinados tipos de serviço. Tudo isto deve ser englobado numa óptica de parceria e simplificação do serviço social fundamental que é desempenhado por todas estas

Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade distingue boas práticas em Cascais



Cascais foi a primeira vila do país a criar um pelouro horizontal dedicado às acessibilidades, um pioneirismo que trouxe à Câmara Municipal de Cascais mais um reconhecimento, desta vez a nível nacional, tendo sido distinguida pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade. O diploma de distinção do primeiro pelouro da acessibilidade em Portugal foi entregue dia 24 de Maio, no âmbito do lançamento da publicação “Acessibilidade e mobilidade para todos - O estado da nação”, cerimónia realizada na Fundação de Serralves, Porto.

Criado em Março de 2011, o pelouro horizontal “Acessibilidade para todos” teve por base acompanhar projectos transversais de modo a aproveitar melhor as sinergias associadas a cada intervenção municipal, possibilitando uma maior partilha e funcionamento em rede dos serviços. Assumido por Pedro Lopes de Mendonça, vereador que detém também a pasta da Protecção Civil, este novo pelouro permitiu enriquecer os projectos de várias intervenções com planos de acessibilidades. Esta distinção é o reconhecimento público do trabalho feito pela Câmara Municipal de Cascais para dar maior independência às pessoas com mobilidade reduzida nos centros urbanos e não só. Importa lembrar que estas nossas intervenções ajudam a promover também um turismo acessível hoje muito procurado em todo o mundo.

Em Cascais, tendo por base as questões associadas ao pelouro “Acessibilidade para todos” tem sido possível implementar/reforçar uma cultura de acessibilidade pedonal, seguidas de perto no âmbito do Núcleo Geral de Implementação de Acessibilidades (NGIA), grupo de trabalho criado para intervir na reabilitação dos núcleos urbanos através de “Planos Locais de Acessibilidade”, eliminando barreiras e evitando a criação de soluções não acessíveis.

O primeiro exemplo desta mais-valia foi a intervenção de requalificação realizada na Estrada das Neves, em Manique, que ficou concluída no início de 2013, e a construção da Circular Interna de Manique, finalizada em Julho de 2012. Também a construção por parte da Câmara Municipal de Cascais do troço da Via Longitudinal Sul entre a Rebelva e a Rotunda da EN 6-8, em Carcavelos, beneficiou da existência deste pelouro, uma vez que todo o projecto foi desenvolvido tendo em conta as necessidades de acessibilidade para todos, sendo possível criar, além dos passeios e travessias com semaforização, uma ciclovia que responde à necessidade de mobilidade da população, particularmente, à comunidade escolar que utiliza muito esta via.

Neste momento está praticamente concluída a primeira intervenção no âmbito da colaboração entre o NGIA e a empresa municipal Cascais Próxima: a requalificação do Largo de Manique, que contempla a eliminação de barreiras e a implementação de uma mobilidade mais acessível. Igualmente em curso está reabilitação do percurso entre a estação de comboios e a praia de Carcavelos (Av. Jorge V), intervenção inteiramente vocacionada para a segurança e conforto dos peões.

Governo regional deve evitar repetição de erros no sector da construção civil

O presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, apelou ao governo regional “para que não volte a cometer os mesmos erros trágicos cometidos nas últimas legislaturas com o lançamento de grandes obras que impediram a participação de empresas regionais”.

Duarte Freitas, em declarações à Imprensa, na sequência de uma reunião com a Associação dos Industriais de Construção e Obras Públicas dos Açores (AICOPA), recordou que “ao longo dos últimos anos foi cometido um erro trágico para as nossas empresas regionais uma vez que os concursos de grandes empreitadas não foram subdivididos impedindo assim que essas empresas participassem nesses concursos”.

“As consequências são hoje conhecidas: as empresas de construção civil passam por uma crise muito profunda e só o sector da construção civil regional perdeu mais de 10 mil postos de trabalho”, disse.

Para o presidente do PSD/Açores é, por isso, preciso “que o governo regional evite cometer os mesmos erros, procedendo à subdivisão das empreitadas para que assim mais empresas açorianas possam participar nesses concursos”.

Duarte Freitas manifestou-se, ainda, preocupado com “a diminuição do número de obras públicas lançadas a concurso pelo governo regional uma vez que essa diminuição indica que o sector continuará a passar por grandes dificuldades”.

O líder dos sociais-democratas açorianos recordou ainda o apelo feito aos candidatos autárquicos do PSD/Açores para que “apostem de forma muito concreta na área da reabilitação urbana. Cada candidato é responsável pela elaboração do seu programa, mas deve ter em atenção a grande necessidade actual de apostar na reabilitação urbana já que essa aposta será um importante contributo para a economia da nossa região”.



TSD/Açores querem que governo regional pague dívidas a fornecedores



Os TSD/Açores apelam ao governo regional para que liquide as dívidas aos fornecedores e reduza os prazos de pagamento, alegando que só assim é possível “reanimar a economia” regional. “Os TSD/Açores apelam ao governo regional para saldar os seus compromissos financeiros para com as empresas e, doravante, reduzir os prazos de pagamentos. E desafiam ainda o executivo regional a proceder ao pagamento do subsídio de férias em Junho. Só assim é possível reanimar a nossa economia e evitar que mais trabalhadores açorianos vão para o desemprego”, afirmou, em comunicado, o secretariado regional da organização.

Para os TSD/Açores, os “constantemente atrasos” do governo regional socialista nos pagamentos a empreiteiros e fornecedores têm causado “efeitos nefastos no pequeno e frágil tecido empresarial dos Açores”.

“Os TSD/Açores denunciam também a incapacidade do governo regional para encontrar um modelo desenvolvimento para a nossa Região. A falência de muitas empresas açorianas é consequência directa e exclusiva de políticas avulsas e improvisadas da governação socialista regional”, afirmaram.

De acordo com os TSD/Açores, os trabalhadores “não podem ser os únicos a pagar a crise”, considerando que “não podem ser penalizados pelos erros da má governação nacional, da anterior como dos que à actual também poderão ser imputáveis”.

“Repudiaremos qualquer tentativa para reduzir os rendimentos dos trabalhadores, para aumentar a carga fiscal sobre o trabalho e o consumo ou para diminuir as funções mais básicas do chamado Estado Social”, frisaram.

Regina Bastos e Carlos Coelho questionam a Comissão Europeia sobre a violação da privacidade

Recentemente foi tornado público, pelos consumidores, que alguns sítios da internet responsáveis pela venda de viagens estão a praticar “rastreamento de IP”, ou seja, a proceder à recolha de dados dos consumidores moldando o preço oferecido em função do seu comportamento de navegação e em particular das suas simulações de anteriores compras.

A confidencialidade dos dados pessoais e das comunicações constitui um direito fundamental garantido pelo artigo 16º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), pelos artigos 7º e 8º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE. A confidencialidade é ainda protegida pelo direito derivado da UE, nomeadamente o artigo 5º da directiva e-privacidade (2009/136/CE) assim como pela Directiva 95/46/CE.

Regina Bastos e Carlos Coelho alertam a Comissão Europeia que “Sem prejuízo das competências dos Estados-Membros, a Comissão Europeia, no exercício das suas competências, pode e deve, impor sanções aos cidadãos e às empresas por violação do Direito da União”.

Neste sentido, os Deputados do PSD ao Parlamento Europeu, Regina Bastos e Carlos Coelho, solicitaram à Comissão Europeia os seguintes esclarecimentos:

- 1 - Tem a Comissão Europeia conhecimento destas práticas?
- 2 - Tenciona a Comissão Europeia, no exercício das suas competências, desencadear uma investigação a nível europeu, sobre estas práticas e verificar se as mesmas estão em conformidade com a legislação europeia?
- 3 - Está a Comissão Europeia a pensar solicitar ao Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Electrónicas (ORECE) parecer sobre esta situação? – Correspondente



Nova governança de Schengen



Após quatro anos de intensas negociações o Relatório Coelho sobre o novo Sistema de avaliação Schengen recebeu luz verde no trólogo que reuniu (sob a presidência de Carlos Coelho) as delegações do Parlamento, da Comissão Europeia (chefiada pela Comissária Cecilia Malmström) e do Conselho da UE (chefiada pelo Embaixador Montgomery).

Carlos Coelho, assinalando o sucesso, declarou à saída: “O Parlamento Europeu, uma vez mais, elege como sua prioridade a liberdade de circulação dentro do Espaço Schengen e a segurança com que os cidadãos europeus dela desfrutam.

Os europeus passam a dispor de um verdadeiro sistema de avaliação que, com rigor, eficácia, imparcialidade e transparência, pode detectar os riscos de segurança e contribuir para que eles sejam rapidamente resolvidos. E tudo isso é feito com o envolvimento da Comissão Europeia, a realização de visitas-surpresa e a ajuda de agências especializadas como a FRONTEX, respeitado o direito de informação e o controlo democrático do Parlamento Europeu.”

O novo sistema de avaliação de Schengen caracteriza-se por:

1. Ser mais eficaz

Ao contrário do sistema actual que se limitava a identificar problemas, o novo sistema convoca os meios necessários para ajudar o Estado-Membro em causa a resolver rapidamente qualquer problema antes que ele constitua uma brecha na segurança de todo o Espaço Schengen. O novo sistema prevê a aplicação de medidas concretas com planos de acção obrigatórios a serem implementados num delimitado espaço de tempo.

2. Ser verdadeiramente europeu

Ao contrário do actual sistema de base intergovernamental, o novo sistema atribui à Comissão Europeia um importante papel de liderança no processo de avaliação em estreita colaboração com os especialistas dos Estados-Membros que integram as missões de avaliação.

3. Ser mais rigoroso

Ao contrário do actual sistema, está prevista a realização de visitas-surpresa (e já não apenas as anunciadas com antecedência) o que permitirá identificar problemas reais e não encontrar cenários previamente construídos para dar a ideia que tudo está bem.

4. Envolver todas as fronteiras

Ao contrário do actual sistema, o novo sistema prevê fiscalização nas fronteiras externas mas também nas fronteiras internas de forma a prevenir a introdução ilegal de controlos que minam a livre circulação dos cidadãos europeus.

5. Envolver todas as agências europeias

Ao contrário do actual sistema, o novo sistema identifica as zonas de risco, permitindo uma definição de prioridades inteligente, graças às análises de risco das Agências europeias competentes com destaque para o FRONTEX, permitindo assim uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

6. Põe termo à situação de 2 pesos, 2 medidas

Ao contrário do actual sistema que discriminava negativamente os candidatos, o novo sistema submete ao mesmo rigor de análise e de avaliação (bem como a procedimentos idênticos) quer os países candidatos, quer os que já fazem parte de Schengen. Assim, a verificação do cumprimento das regras não é apenas relevante para entrar no “clube” mas os elevados standards de segurança, reunidos no momento da adesão, devem manter-se continuamente.

7. Não se furta ao controlo democrático

Ao contrário do actual sistema, o novo sistema respeita o direito de informação ao Parlamento Europeu que poderá exercer as suas responsabilidades de controlo da Comissão e de zelar pelo respeito do direito de livre circulação dos cidadãos europeus.

O Relatório Coelho que é a peça central da nova Governança de Schengen será votado em Comissão no dia 6 Junho e subirá a Plenário em Estrasburgo na sessão de Julho próximo. - Correspondente



Povo Livre

Director: José Silva Marques

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 411 • 9 de Junho de 1982 • Preço 15\$00

EDITORIAL

No âmbito das iniciativas da organização de Lisboa do nosso partido, teve recentemente lugar nesta cidade uma conferência proferida por uma conhecida personalidade e militante do PSD, que registou uma considerável assistência.

Alguns dos organizadores e outros companheiros nossos manifestaram a sua surpresa por não terem visto no "Povo Livre" uma reportagem sobre o acontecimento.

Devemos por isso indicar de forma clara os critérios que nos orientam quanto à cobertura de iniciativas de organizações e militantes do nosso partido.

Não tendo o "Povo Livre" possibilidades materiais de, em condições de igualdade, realizar a reportagem de todas as iniciativas que semanalmente e de Norte a Sul do País são levadas a efeito, entendemos que o jornal apenas deveria assegurar através dos seus próprios meios a cobertura das que se revestissem de natureza nacional ou que dissessem respeito a órgãos ou organizações de âmbito nacional, independentemente do local da sua efectivação.

Por outro lado, todas as personalidades científicas, técnicas, profissionais e políticas do nosso partido, que felizmente as tem em quantidade, nos merecem igual apreço. Porém, o "Povo Livre" apenas assegura pelos seus próprios meios a reportagem dos acontecimentos ligados a militantes que, por força dos estatutos, detêm representatividade nacional. E mesmo assim e ainda pelas referidas limitações de ordem material, com preferência quase exclusiva pelo presidente do partido.

Ao mesmo tempo, publicamos todas as informações e reportagens, sem qualquer discriminação, sobre realizações de organizações e militantes do nosso partido, desde que espontaneamente no-las enviem e o façam através da respectiva comissão política concelhia ou distrital.

Entretanto, será oportuno dar a conhecer que, para além do apelo ao envio de colaboração que regular e frequentemente inserimos nas nossas páginas, dirigimos, por meio de carta pessoal, cerca de centena e meia de pedidos concretos de colaboração a companheiros nossos de maior notoriedade pública, tendo, quando recebida, procedido à sua publicação o mais rapidamente possível sem qualquer excepção ou discriminação.

Pensamos que o "Povo Livre", como órgão oficial do PSD, sob pena de cometer inaceitável abuso, jamais deverá definir a importância ou representatividade desta ou daquela personalidade fora dum quadro que não seja o que decorre dos próprios estatutos do partido.

Por outro lado, nós, que somos um partido de grande implantação nacional e sobretudo regional e local, jamais deveremos colaborar na sustentação desse mito, que tem sido o grande cancro da sociedade portuguesa: o de que o país é Lisboa.

Declaração do vice-presidente do PSD

Nascimento Rodrigues

As declarações do deputado Jaime Ramos sobre o discurso pronunciado pelo ministro da Administração Interna em Miranda do Corvo não podem merecer o meu juízo favorável. A posição expressa pelo ministro da Adminis-

apoio e integra-se plenamente na linha política definida pela Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata. Isto tem de ser dito com clareza e não posso deixar, portanto, de avaliar negativamente a infeliz po-

NOVA VITÓRIA DO PSD

O PSD venceu as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de César (Oliveira de Azeméis), cujos resultados foram os seguintes: PSD — 794 votos (sete mandatos); GC — 596 (6); APU — 73 (0).

Visando maior operacionalidade

BALSEMÃO DECIDIU REMODELAR O GOVERNO

• PSD mantém a sua posição como principal Partido na AD e no Governo, aumentando o número de Secretários de Estado

O primeiro-ministro, Francisco Pinto Balsemão, resolveu proceder a uma remodelação do seu Gabinete.

Esta remodelação faz-se antes da revisão constitucional e tem por objectivo tornar o Governo mais operacional para o segundo semestre deste ano.

Por outro lado, pretendeu-se que a remodelação fosse rápida, evitando que as especulações a este respeito se tornassem desgastantes.

"Na Educação", sector de grande importância nacional, era necessário acompanhar este período de exames e iniciar uma reestruturação antecipada em relação à abertura das aulas no próximo ano.

"Trabalho": o primeiro-ministro lançou o Plano Nacional do Emprego, em diálogo com os parceiros sociais. É um sector onde há que proceder a acertos de ordem legislativa, de forma a combater o desemprego.

"Política Externa": estamos num período de intensa actividade diplomática, tanto no que se refere à entrada para a CEE, como no desenvolvimento das negociações com os Estados Unidos sobre a Base das Lajes. Por outro lado, há que reforçar a nossa posição na NATO, após o ingresso de Espanha. Interessa também reforçar a cooperação com os Estados africanos, pelo que se cria uma Secretaria de Estado para esse efeito.

"Relações com o Parlamento": o processo de revisão constitucional exige adaptação da legislação ordinária em cuja preparação o Governo tem um papel importante.

"Habitação": entramos num período de maiores responsabilidades financeiras que permitirão concretizar medidas anteriormente preparadas no domínio da legislação, como no político.

A linha geral da orientação do Governo não sofre qualquer alteração.

O PSD mantém a sua posição como principal partido na AD e no Governo, aumentando o número de secretários de Estado.

A orientação estratégica do Governo continuará a ser a mes-

ma, quer nas relações com os outros órgãos de soberania, quer nas relações com as forças da oposição.

Nos termos do Artigo 136.º, alínea g) da Constituição, foi proposta a exoneração dos seguintes membros do Governo:

— Ministro adjunto do primeiro-ministro, Fernando Monteiro do Amaral;

— Ministro dos Negócios Estrangeiros: André Gonçalves Pereira;

— Ministro da Educação e das Universidades: Vitor Pereira Crespo;

— Ministro do Trabalho: António José Barros Queirós Martins.

Continua na pág. 3

Alberto João Jardim

Vamos continuar a luta a favor de um Portugal livre e socialmente digno



Por ocasião da visita do Primeiro-Ministro, Francisco Pinto Balsemão, ao Funchal, onde participou nos trabalhos da Assembleia do Tratado do Atlântico Norte, foi-lhe oferecido um jantar, no Palácio de São Lourenço, pelo Chefe Regional da Madeira.

Na altura, o chefe do Governo Regional, Alberto João Jardim, afirmou a sua disposição de "continuar a lutar em prol de um Portugal livre e socialmente digno", num discurso em que afirmou designadamente:

"Um ano depois, voltamo-nos a encontrar no Funchal. A solidariedade permaneceu firme sobre

tantas indesejáveis e frequentes contingências. Firme, principalmente sobre os egoísmos que se afastaram das perspectivas de Estado.

Muito do ano passado, significou quase completar as transferências de competências e serviços que o actual quadro constitucional deixa.

Nalguns casos, andou-se de início muito lentamente. Foi o caso do aeroporto intercontinental, infra-estrutura da qual jamais podemos prescindir e sobre a qual acredito que os responsáveis pelo Governo da República jamais

Continua na pág. 3

Negociações no seio da AD decorrem com normalidade

A propósito de notícias surgidas na imprensa sobre declarações do Secretário-Geral do PSD ao final dos trabalhos do Encontro Nacional de Quadros realizado no Vimeiro em 5 e 6 do corrente, aquele dirigente social-democrata entende rectificar tais notícias como se segue. Não é verdade que o objectivo do PSD seja o de apresentar listas próprias a 55% dos municípios e listas da AD a 45%. Esse foi o quadro verificado em 1979.

Para 1982 é prematuro prever a situação, já que decorrem negociações a nível local, competindo às estruturas distritais e concelhias decidirem em conformidade.

De qualquer modo, estas negociações decorrem, em geral, com inteira normalidade e espírito de cooperação, em conformidade com o protocolo nacional suscrito em 12.2.82.

Encontro Nacional de Quadros no Vimeiro

Delineadas as estratégias para as eleições autárquicas

Duzentos e cinquenta quadros representando as Comissões Políticas Distritais e Concelhias do nosso partido participaram no "Encontro Nacional de Quadros" que decorreu o fim da semana passada no Vimeiro, no qual

além de terem sido delineadas as estratégias pré-eleitoral e de campanha para as próximas eleições autárquicas.

No sábado de tarde, o processo de regionalização em curso foi analisado por Fernando Amaral,

aprovada na generalidade da República — numa perspectiva de comparação com a lei eleitoral anterior.

Chegou depois a vez de António Capucho se debruçar sobre a estratégia pré-eleitoral, fazendo o



Gritar é fácil

João Pereira Coutinho (*)

As esquerdas reuniram as tropas para gritar contra a austeridade. Lamento não ter estado presente.

Gritar faz bem e estas sessões de terapia deviam ser compartilhadas pelo sistema nacional de saúde, isto se o maléfico governo não estivesse apostado em destruí-lo.

Acontece que a reunião não serve apenas para gritar contra a austeridade. Também serve para que uma parte da esquerda possa gritar contra a outra parte – no caso, contra a esquerda ‘moderada’ do dr. Seguro que, sem surpresas, já entendeu três coisas básicas. Primeiro, que uma maioria absoluta não está no horizonte. Segundo, que é preciso fazer alianças com alguém para governar. E, terceiro, que essas alianças serão mais fáceis com o CDS (ou até com o PSD) do que com o Bloco e os comunistas. Como sempre foram, aliás.

O espectáculo de ‘união’ promovido pelo dr. Soares é, bem espremido, um retrato de desunião. Nada de novo.

(*) **Doutorado em Teoria e Ciência Política Contemporânea, cronista** ©CM



Coragem

Luís Campos Ferreira (*)

Cada dia que passa fica mais exposta a incompatibilidade entre um Estado social sustentável e um estado de coisas que não se quer mudar para não afugentar votos e simpatias populares.

É neste periclitante arame que os partidos da oposição se têm tentado aguentar, pendendo irresponsavelmente para promessas de um Estado ainda mais gastador, insistindo na velha receita de atirar dinheiro sobre os problemas, mas ignorando a nova realidade de que não há dinheiro. Especialmente o PS, com sérias culpas no cartório, devia ter aprendido com os erros. Mas não.

Contra a evidência de que temos de reformar o Estado se queremos ter um Estado melhor, mais justo, mais leve aos contribuintes e sobretudo sustentável (na dupla acepção de o podermos sustentar e da sua sobrevivência no futuro), e fazendo vista grossa à realidade social, demográfica e económica do País, o PS recusa envolver-se a fundo no debate sobre o tema da reforma do Estado. Não quer cortes? Pois, ninguém quer. Quer menos impostos? Pois, toda a gente quer. E então, em que ficamos? Dava jeito um pouco de coragem...

(*) **Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas** ©CM



Do insulto como arma política

Vasco Graça Moura (*)

Portugal está a tornar-se a caixa de ressonância de uma guincharia descabelada. Praticamente, ninguém consegue ouvir ou perceber o que se diz em direcções cruzadas nessa vozeria incessante da praça pública. Toda a gente proclama opiniões supostamente idóneas para salvar o país e adjacências, mas ninguém as escuta porque cada um dos outros trata de fazer o mesmo às suas, se possível com uma carga superior de decibéis.

Numa época de luta política normal, esta carnavalesca da política até pode ter alguma graça e não terá provavelmente grandes resultados. Mas esta não pode considerar-se uma época de luta política normal. Numa situação como aquela em que nos encontramos, em que temos andado às voltas em torno de um precipício assustador e em risco de um trambolhão que a confusão actualmente reinante na Europa só contribuiria para agravar, numa situação dessas, caracterizada pelo acumular de dificuldades e de imprevistos, dentro e fora do país, seria necessário adoptar-se outra atitude que, sem deixar de discutir em profundidade os problemas e as suas possíveis soluções, permitisse à grande maioria dos cidadãos um entendimento mais claro daquilo que se passa e daquilo que se pode fazer.

Isso, no entanto, não está a acontecer, ou só acontece em raras excepções. O princípio “cada cabeça, sua sentença” está a atingir as raias do demencial no nosso país. Não me refiro apenas à comentadoria política escarpada por José Manuel Fernandes no seu último artigo do Público. Na comunicação social escrita, radiofónica ou televisiva abunda a caça à piada assassina, ou julgada como tal, assim como abunda o esmiuçar de segundas e terceiras intenções da mais inócua afirmação proferida por alguém que tenha responsabilidades políticas e recorra a expressões mais ou menos coloquiais.

Por exemplo, se algum político, por muito rodado que seja, tiver a pouca sorte de exclamar um destes dias por inadvertência “- Valha-me Deus!”, já se pensou no catálogo de interpretações a que isso pode dar lugar na praça pública, desde acusações de violação do laicismo a confissões de uma incapacidade operacional que só deposita a sua esperança no Além? Sofregamente, jornalistas, comentadores, analistas, interventores ocasionais e a mais fauna do costume, tratarão de glosar o mote de todas as maneiras possíveis e imaginárias.

Agora, e em paralelo com esta opacidade progressiva do diálogo, está-se a assistir à proliferação do insulto. E, pior, o insulto não se limita a ser personalizado, entra no próprio plano institucional. As coisas não começaram só com o recente comentário sobre o Presidente da República feito por Miguel Sousa Tavares que teve, de resto, a elegância de vir reconhecer, logo em seguida, que se tinha excedido e não devia ter dito o que disse. Mas esse caso propicia um alastrar de atitudes negativas e insultuosas recuperadas pelo populismo demagógico e produzidas na praça pública, engrossando em catadupa, de tal modo que esse e outros insultos são vociferados contra altas figuras e instituições do Estado, e multiplicados pela comunicação social. Tais atitudes visam levar a uma profunda descrédibilização do Estado e dos seus órgãos, a um esboroar de quaisquer formas de autoridade legítima, a uma ruptura do sistema, à destruição da imagem dos visados e à incapacidade prática de repressão de eventuais infracções criminais.

É um processo de agitação e desgaste muito preocupante, porque bloqueia quaisquer possibilidades de discussão e apreciação crítica daquilo que estiver em causa e porque é susceptível de alastrar como forma de protesto numa dinâmica de massas que não se sabe onde pode ir parar.

O problema não se resolve limitando a liberdade de expressão nem excluindo a polémica por mais acesa que seja, mas é necessário perceber-se o grau de responsabilidade que decorre desta instrumentalização e generalização do insulto como arma política.

Um país que não respeita as suas instituições legítimas é, por definição, um país inculto. E isso só pode aumentar a gravidade do insulto.

(*) **Escritor** ©DN



Um novo território

Jaime Quesado (*)

Os dados são muito claros. Segundo o novo estudo de projecções da ONU, em 2025 a Região da Grande Lisboa vai comportar 45.3% do total da população do país, tornando-se na terceira maior capital metropolitana da União Europeia, logo a seguir a Londres e Paris. Apesar da tónica colocada no desenvolvimento do interior, através de inúmeras acções de política pública, como é o caso do Programa “Pólos de Competitividade”, o certo é que o tempo passa e Portugal parece não conseguir fugir ao destino de ser um país que ainda não conseguiu ser plano no jogo da grande competição global. Portugal precisa com urgência de um Novo Território.

Os dados do estudo “Prospectivas de Urbanização do Mundo”, do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, são muito claros. Para além dos 45.3% de concentração da população portuguesa na Grande Lisboa (aumentando o número de habitantes de 3.8 milhões em 2000 para 4.5 em 2025), também a Área Metropolitana do Porto vai ter um crescente peso na demografia portuguesa, destacando-se em 2025 claramente como a segunda maior área urbana do país com 23.9% do total da população. Ainda segundo o mesmo estudo, nas zonas rurais permanecerá apenas 22.5% da população e nas outras áreas urbanas vão viver apenas 8.3% dos portugueses.

Apesar da relativa reduzida dimensão do país, não restam dúvidas de que a aposta numa política integrada e sistemática de Cidades Médias, tendo por base o paradigma da inovação e do conhecimento, com conciliação operativa entre a fixação de estruturas empresariais criadoras de riqueza e talentos humanos indutores de criatividade, é o único caminho possível para controlar este fenómeno da Metropolização da capital que parece não ter fim. O papel das Universidades e Institutos Politécnicos que nos últimos 20 anos foram responsáveis pela animação de uma importante parte das cidades do interior, com o aumento da população permanente e a aposta em novos factores de afirmação local, está esgota

A política pública tem a responsabilidade de dar o mote e marcar a agenda. Iniciativas como as “Cidades e Regiões Digitais”, “Acções Inovadoras de Base Regional”, entre outras, têm tido o incontornável mérito de colocar estas temáticas na agenda e de reforçar os infelizmente nem sempre muito fortes níveis de cooperação e articulação entre actores territoriais. Mas engane-se quem pense que serão capazes por si só de alterar o panorama global. O que está verdadeiramente em causa em tudo isto é a assumpção por parte do país dum verdadeiro designio estratégico de alterar o modelo mais recente de evolução de desenvolvimento e de implementar “Pólos de Competitividade” ao longo do país, fixando dessa forma riqueza e talentos que doutra forma tenderão a concentrar-se unicamente na grande metrópole.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Amigos do alheio

João César das Neves (*)

Uma das características mais bizarras do nosso tempo é a quantidade de pessoas que vive e dispõe do dinheiro dos outros. Aliás a comunicação social quase só trata disso. Do défice orçamental aos fundos da troika, das exigências de apoios e cortes, despesas e subsídios, esta crise é, no essencial, uma luta pelo dinheiro alheio.

A principal causa do fenómeno está, sem dúvida, no aumento brutal da dimensão do Estado. No século XIX as despesas públicas eram em média apenas 5% do minúsculo PIB da época. No final da Primeira República esse peso já tinha duplicado. Duplicou outra vez até 1974, altura em que Estado gastava um quinto daquilo que o povo produzia. Em 2010 esse valor ultrapassou 50%, tendo a austeridade da troika reduzido já para 45%. Quando o Orçamento do Estado lida com cerca de metade do que o país tem, há mesmo muita gente a viver de dinheiro alheio.

Nas grandes empresas acontece algo semelhante, pois aí tudo pertence a uma multidão de accionistas, e as despesas de um departamento pouco têm a ver com o valor final do produto. Não admira que muitos gestores tomem atitudes semelhantes a serviços públicos, talvez menos descaradas. Também eles gastam dinheiro dos outros.

A União Europeia trouxe novos cambiantes ao processo, permitindo viver de dinheiro longínquo. É incrível que tantas pessoas se sintam com direito à riqueza de regiões que nunca viram nem conheceram. Se o capital nacional fosse para longe, ficariam horrorizadas, mas acham normal exigir uma parte da fatura alemã.

O paroxismo do processo surgiu com a globalização de capitais, que permite usar dinheiro de desconhecidos. Em si mesmo, o crédito não significa obter fundos alheios, pois pagaremos amanhã o que gastamos hoje. Mas numa crise financeira como a actual, há fortes probabilidades de nunca se pagar, o que muda tudo.

É verdade que estas novas formas retiram muito do pejorativo da expressão tradicional “amigos do alheio”. Hoje boa parte do gasto de dinheiro dos outros não constitui roubo. O funcionário público trabalha duro para receber o merecido ordenado, e o sector subsidiado tem razões para o ser. Apesar disso o facto de a verba vir de outrem traz sempre elementos perturbadores.

O primeiro problema é a indefinição. Um padeiro sabe que o que recebe depende do que produz. Mas o funcionário, reformado, sindicalista, subsidiado, não tem noção do seu real valor. Os montantes acabam determinados por conceitos abstractos, como justiça ou necessidade, progresso ou interesse. Isso permite subir muito as verbas, como aconteceu por cá até 2011, ou cortar imenso, como desde então.

O segundo aspecto é a facilidade com que se gasta o dinheiro alheio. Numa escola pública, onde propinas e ordenados nada têm a ver com os valores do produto envolvido, pais e professores fazem exigências ao ministério que nunca se ouviriam em estabelecimentos cujas verbas disponíveis vêm do bolso dos alunos. Note-se a displicência com que ministros e autarcas se apropriam dos montantes orçamentados e fundos estruturais, que não lhes custam a ganhar. Um médico de um grande hospital, mesmo privado, receita exames e tratamentos que omitiria se ele ou o doente tivessem de pagar a conta. Em certos casos essa facilidade torna-se uma verdadeira toxicod dependência.

O aspecto mais curioso são as razões que levam pessoas honestas e bem-intencionadas a despendem com vigor o que não é seu. Elas nascem de duas perigosas armadilhas. A primeira é a convicção de que o dinheiro não faz falta aos donos. As pessoas fingem acreditar que as verbas públicas vêm de ricos, o que permite, sem peso na consciência, exigir mais apoios, subsídios, estradas e despesas. Isso apesar da evidência de, mesmo que os milionários pagassem o que devem, seriam largamente insuficientes para metade do PIB. O outro engano é achar que, se eu não o gastar, outro departamento o vai desperdiçar, o que equivale ao mesmo: o dinheiro não faz falta aos outros. Em qualquer caso, só pode ser patética uma época que tanto abusa do dinheiro alheio.

(*) Professor universitário, naohaalmocosgratis@ucp.pt ©DN

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Cascais, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2013, (sexta-feira) pelas 21h30 no Hotel Baía – Av. Marginal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2013:- nos termos dos Estatutos Nacionais, divisão I – Assembleia de Secção, artº 53º, alínea f – “Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais (...)”
- 3 - Análise da situação política

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 13 de Junho de 2013, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Análise da situação política

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2013, (segunda-feira) pelas 20h30 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleições Autárquicas 2013:- apreciação das candidaturas e aprovação do Programa Eleitoral
- 2 - Análise da situação política local e nacional
- 3 – Outros assuntos



II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoco o II Conselho Nacional Ordinário da JSD, para o dia 15 de Junho de 2013, pelas 15h, no Jardim do Paço, sito na Rua do Palácio das 5 Quinas (ao lado do Templo de Diana), em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações;
- Análise da situação política;
- Outros assuntos.

**ERRATA
BARREIRO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/Barreiro, para reunir no próximo dia 15 de Junho de 2013, pelas 15 horas, na Sede da JSD/Barreiro, sita na Rua Trás os Montes, n.º 4, Bairro Santo António da Charneca,

com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da Concelhia;

2 – Outros assuntos.

Notas:

As listas devem ser entregues, no mesmo local, ao Presidente da Mesa Concelhia ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 15h00m às 17 horas.

**ERRATA
ESTARREJA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Estarreja, para reunir no próximo dia 5 de Junho de 2013, pelas 21h00m, na Sede do PSD/Estarreja, sita na Rua Jornal de Estarreja, n.º 109, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleições Autárquicas 2013;
- 2 – Outros Assuntos de interesse.

ALTER DO CHÃO

Ao abrigo do Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Alter do Chão para reunir no dia 6 de Julho, pelas 17h00 na Sede do PSD, sita Avenida 25 de Abril nº 15, em Alter do Chão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00. As listas candidatas ao acto eleitoral deverão ser entregues na morada acima indicada ao Presidente da Mesa do Conselho Regional, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Alcobaca, para reunir no próximo dia 15 de Junho de 2013, pelas 22 horas, na Sede do PSD, sita na Av. Prof. Engº. Joaquim Vieira Natividade, em Alcobaca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional e local;
- 2 – Autárquicas;
- 3 – Outros Assuntos.

BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da secção da JSD/Bragança, a reunir no próximo dia 13 de Julho de 2013, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sito na Rua Praça da Sé, nº 16, em Bragança, com a seguinte ordem de trabalhos:

1-Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, ate às 24:00H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h00m e as 23 horas.

CONSELHO REGIONAL DE SANTARÉM

Nos termos dos Estatutos da JSD e Regulamento dos Conselhos Regionais, convoca-se o Conselho Regional da JSD Santarém, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2013, pelas 21h00m, na sede Distrital do PSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramirez, 10 – 1º andar, 2000-105 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação Política;
- 2 – Autárquicas;
- 3 – Outros Assuntos.

FREIXO DE ESPADA À CINTA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da secção da JSD/Freixo de Espada à Cinta, a reunir no próximo dia 6 de Julho de 2013, pelas 17:00H, na Sede do PSD, sito na rua de São Francisco nº3, com a seguinte ordem de trabalhos:

1-Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, ate às 24:00H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 17:00H e as 19:00H.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Secção da Lourinhã, para reunir no dia 15 de Junho de 2013, pelas 16h00 na Sede Concelhia da Lourinhã, que sita na Rua Adelino Amaro da Costa, lote 27, cave A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Autárquicas 2013;
- 2 – Militantes / Cotas;
- 3 – Acções e Actividades 2013;
- 4 – Outros assuntos.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Viseu, para reunir próximo dia 14 de Junho de 2013, entre as 20.00h e as 24.00h, na Sede do PSD Viseu, sito no Rossio 14 – 2º Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise à situação política local e nacional;
- 3 – Outros assuntos.

NESD - IST

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se o Plenário Eleitoral do Núcleo de Estudantes Sociais-Democratas do Instituto Superior Técnico (NESD-IST), no dia 5 de Julho de 2013 (sexta-feira), entre as 10:00 e as 12:00, no Instituto Superior Técnico, sita Avenida Rovisco Pais, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário do NESD IST;
- 2 – Eleição da Direcção do NESD/ IST.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues à Mesa do Plenário do NESD IST ou a quem estatutariamente a possa substituir até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.